

**ATA**

Aos quinze dias do mês de março do ano de dois mil e doze, no Edifício dos Paços do Concelho, na Sala de Reuniões, compareceram os Excelentíssimos Senhores: Presidente da Câmara – António Magalhães da Silva - e Vereadores – Domingos Bragança Salgado, Francisca Maria da Costa Abreu, Amadeu Artur Matos Portilha, Alexandra Parada Barbosa Gesta, José Augusto Ferreira Araújo, José Manuel Fernandes Antunes, Luísa Maria Alves Oliveira, André Guimarães Coelho Lima e José Manuel Torcato Ribeiro. -----

Não compareceu o Vereador César Manuel de Castro Machado, cuja falta foi considerada justificada. -----

Secretariou a Diretora do Departamento de Administração Geral, Maria Joana Rangel da Gama Lobo Xavier. -----

Pelas 10.00 horas foi declarada aberta a reunião. -----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----**INTERVENÇÕES**-----

**1 – Vereador José Manuel Antunes** – Lamentou o facto de os alunos de duas Escolas Profissionais de Guimarães deixarem de ter aulas de Educação Física no Pavilhão do Xico Andebol, passando a utilizar o Pavilhão INATEL, cujas obras de requalificação foram inauguradas no passado dia 4 de março. Concluiu, lamentando esta situação que resulta em prejuízo para o Xico Andebol que movimenta centenas de atletas jovens na formação e vive com dificuldades financeiras que quase colocam em causa a sua viabilidade. **2 – Vereador José Torcato Ribeiro – a)** - Perguntou qual era a previsão de execução dos projetos aprovados no âmbito do QREN; **b)** – Manifestou a sua discordância com a reestruturação de horários levada a cabo pelos TUG, lamentando a entrada em vigor da rede noturna que, do seu ponto de vista, se

traduz na redução de horários verificada em algumas áreas do concelho. Considera que, em face da situação social que se vive atualmente no concelho, justificar-se-ia, não a diminuição, mas o aumento da oferta, especialmente num ano em que se realiza a Capital Europeia da Cultura que, em sua opinião, constitui uma oportunidade para os TUG alargarem a rede de carreiras permitindo aos vimaranenses mais necessitados usufruir de transporte público. **3 – Vereador André Coelho Lima** – Defendeu que a Câmara Municipal de Guimarães deveria ter um papel mais interventivo na definição estratégica da Universidade do Minho, referindo, a propósito, que a Universidade está a discutir o seu plano estratégico para os próximos 10 anos e que o mesmo vai ser apresentado até ao final deste ano. Disse, ainda, que a Câmara se deve envolver na discussão do investimento de 17 milhões que vai ser aplicado na Universidade do Minho. De seguida, perguntou onde vai ser instalado o Polo de Guimarães do Instituto da Biodiversidade de Ciência e Inovação, uma vez que dos 17 milhões, 7 vão ser atribuídos àquele Instituto. Concluiu, referindo que o importante é que Guimarães esteja envolvido formalmente na Universidade do Minho e que, politicamente, se envolva mais, considerando que se deve abraçar esta Instituição não apenas ao nível do investimento em que tem havido equidade, mas também ao nível académico. **4 – Vereador Amadeu Portilha** – Anunciou a elaboração de um plano de emergência para precaver a eventual necessidade de proceder à distribuição de água potável à população, perante um inverno sem chuva. Revelou que a Câmara Municipal de Guimarães já respondeu ao levantamento que está a ser efetuado, em termos distritais, pelo CDOS – Centro Distrital de Operações e Socorro. Informou que Guimarães dispõe de 7 camiões e autotanques, da Câmara, da



Vimágua e de Corporações de Bombeiros do concelho, que permitem transportar até um limite de 70.000 litros de água, disponíveis para a eventual necessidade de distribuição de água. Por último, disse que a Câmara Municipal de Guimarães vai diminuir o gasto de água na lavagem das ruas e diminuirá o período de funcionamento das fontes públicas. **5 – Presidente da Câmara – a)** - Sobre a execução dos projetos aprovados no âmbito do QREN, disse que traria na próxima reunião elementos sobre o assunto; **b)** - Sobre a intervenção do Vereador André Coelho Lima, disse considerar que cada instituição tem o seu papel, sendo que cada uma deve exigir da outra, não na praça pública, aquilo que é a fronteira de cada uma delas. Acrescentou, a propósito, que a relação entre a Câmara Municipal de Guimarães e a Universidade do Minho é reconhecida por todos, sem exceção, como uma relação de respeito mútuo, tendo a Autarquia pautado a sua atuação de forma a não interferir naquilo que é a vida da instituição, tendo em vista criar um clima de confiança. -----

-----**INFORMAÇÕES À CÂMARA MUNICIPAL**-----

**1** – Do ofício da VIMÁGUA dando conhecimento que, na sequência de denúncias recebidas de vários munícipes dos concelhos de Guimarães e Vizela, verifica-se que há um grupo de indivíduos que se vêm fazendo passar por funcionários daquela empresa usando ilicitamente o nome da empresa e tentando extorquir dinheiro e vender produtos, cuja origem se desconhece; **2** – Alertou para a existência de perigo no Parque da Cidade provocada pela não utilização de trela nos cães; **3** – Da entrega, na segunda quinzena de abril ou na primeira quinzena de maio, dos prémios relativos aos primeiro e segundo classificados, no âmbito do Concurso EUROPAN 2011; **4** – Da realização, no próximo dia 17 de março, de um simulacro de incêndio no Centro Histórico de Guimarães, a

realizar pelos Bombeiros Voluntários de Guimarães. -----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----**INFORMAÇÕES**-----

**1** – Dos ofícios da Assembleia Municipal números 8 a 17 que comunicam a aprovação, em sessão realizada no passado dia 24 de fevereiro, das seguintes propostas: **a)** - "Regulamento do Cartão Municipal da Pessoa com Deficiência"; **b)** - "Contrato de Financiamento (QREN-EQ)"; **c)** - "Regulamento das Feiras Retalhistas do Município de Guimarães referente à Feira Retalhista de Moreira de Cónegos"; **d)** - "Declaração de Interesse Público Municipal para a Construção de um Armazém de Apoio à Unidade Industrial "Fábrica de Tecidos do Carvalho, Lda.", situado na Vila de Lordelo"; **e)** - "Regulamento de Acesso à Zona Intramuros do Centro Histórico de Guimarães"; **f)** - "Normas para a Colocação de Esplanadas na Zona Classificada como Património Cultural da Humanidade e Envolvente"; **g)** - "Prestação/Aquisição de Serviços - Ajuste Direto n.º 89/11 - Prestação de Serviço de Auditoria Externa e Certificação Legal de Contas"; **h)** - "Turismo - Taxa de Aluguer de Áudio-Guias destinadas às Visitas Turísticas"; **i)** - "Prestação de Serviços de Segurança e Vigilância nas Instalações e Equipamentos do Município de Guimarães - Concurso Público n.º 6/09 - Repartição de Encargos"; **j)** - "Desafetação de Terreno do Domínio Público - Freguesia de Sande Vila Nova"; **2** – Da informação da Divisão de Trânsito, Espaço Público e Viaturas relativa à reestruturação da rede noturna dos Transurbanos de Guimarães (TUG), implementada desde o passado dia 1 de março, tendo a proposta sido objeto de trabalho conjunto com a Câmara Municipal de Guimarães e discutida com as Juntas de Freguesia, em sessão marcada para o efeito, que se dá aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas; **3** – Do



despacho do Vereador Domingos Bragança, datado de 14 de fevereiro de 2012, que aprovou a abertura do concurso público n.º 2/2012 para fornecimento de 7.000 toneladas de betão betuminoso, sendo o preço base de €390.000,00 + IVA; **4** – Da seguinte informação dos Serviços de Educação:

**"LEVANTAMENTO DOS ENCARGOS COM OS TRANSPORTES ESCOLARES - ANO LETIVO 2011/2012, COM BASE NO PROCESSO DE FATURAÇÃO DO MÊS DE JANEIRO DE 2012** - Conforme solicitado superiormente, e à semelhança de anos transatos, procedeu-se à elaboração do processo de levantamento dos encargos com os transportes escolares dos alunos matriculados nos 1º, 2º e 3º ciclos do ensino básico e no ensino secundário. De acordo com o processo de faturação do mês de janeiro, encontram-se a ser transportados, no presente ano letivo, um total de 8.200 alunos, dos quais 7.273 em carreira pública, 799 em viaturas de aluguer pesadas e 36 em viaturas de aluguer ligeiras, representando um custo anual da rede de €2.741.998,00, conforme discriminado nos mapas em anexo. Comparativamente aos resultados do levantamento de encargos efetuado no ano letivo anterior, verificou-se: uma diminuição de 2,92% no número de alunos transportados em carreira pública (7.492 em 2010/2011), do 1º, 2º e 3º CEB e Ensino Secundário, na linha do que também se tem vindo a verificar no número de alunos matriculados; um aumento de 8,03% do número de alunos do 1º ciclo (299 em 2010/2011), em resultado do reordenamento da rede escolar. À consideração superior". Os referidos mapas dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. -----

-----**DELIBERAÇÕES**-----

**CÂMARA – ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE CÂMARA**

**REALIZADA EM 1 DE MARÇO DE 2012. DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.**

Absteve-se a Vereadora Luísa Oliveira, por não ter estado presente na reunião. Foi dispensada a leitura da ata por ter sido entregue a todos os membros do Órgão Executivo juntamente com a Ordem do Dia da presente reunião. --

**OBRAS PÚBLICAS – RESIDÊNCIA PARA ARTISTAS – OLIVEIRA DO CASTELO - ADJUDICAÇÃO**

- Presente, para aprovação, o Relatório Final, em anexo, respeitante ao concurso público identificado em epígrafe, propondo que a empreitada seja adjudicada ao concorrente “COMBITUR - CONSTRUÇÕES IMOBILIÁRIAS E TURÍSTICAS, LDA.”, pelo preço de €998.041,77 (novecentos e noventa e oito mil e quarenta e um euros e setenta e sete cêntimos), + IVA, sendo o prazo de execução de 180 dias, nos termos previstos no Caderno de Encargos. O Relatório Final dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** ---

**JUNTAS DE FREGUESIA – JUNTA DE FREGUESIA DE BARCO - ALTERAÇÃO AO PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS - ANO DE 2009**

– Presente a seguinte proposta: “A Câmara Municipal de Guimarães, em sua reunião realizada em 23 de Abril de 2009, deliberou delegar na Junta de Freguesia de Barco a execução da obra designada por “Alargamento do Cemitério”, assim como a transferência de uma verba no valor de €11.593,76 para custear a realização da obra. Tal obra ainda não foi executada até à presente data, pelo facto de ter havido alguns atrasos nos procedimentos tendentes à aquisição do terreno necessário. Na sequência da impossibilidade de execução de tal obra e da verificação do estado de ruína da ponte sobre o Rio Agrela, na rua do Fio, daquela freguesia, que levou ao seu desmoronamento no ano de 2009, conforme vistoria



administrativa, realizada pelos Serviços desta Câmara Municipal, em 26 de Maio de 2009, a Junta de Freguesia considerou necessária e urgente a sua reabilitação, tendo sido proposto, no âmbito do projeto, a demolição da ponte existente e respetiva reconstrução, mantendo um conjunto de características rurais que se adequa à imagem do local. O valor da obra executada eleva-se a €45.000,51 (IVA incluído), de acordo com o auto de medição, elaborado pelo Departamento de Obras Municipais. Assim, submete-se à consideração do executivo camarário a aprovação da alteração do objeto do protocolo, bem como a transição da respetiva verba, no valor de €11.593,76 (onze mil quinhentos e noventa e três euros e setenta e seis cêntimos), para o ano de 2012". **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Abstiveram-se os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira e André Coelho Lima, que apresentaram a seguinte **declaração de voto**: "Os vereadores do PSD consideram ser da maior relevância a reconstrução da ponte sobre o Rio Agrela, na Rua do Fio, na freguesia de Barco, consequente à sua demolição após o desmoronamento verificado no ano de 2009. No entanto, sendo uma obra relevante, é ainda assim uma obra da competência da Câmara Municipal, trata-se de uma obra que deveria ficar a cargo do Município, que tem meios e pessoal qualificado para tal, o que não sucede com qualquer das nossas juntas de freguesia. Se o PSD sempre foi favorável – o que mantém – a um reforço das competências delegadas nas juntas de freguesia, esta não é certamente o tipo de competência, e sobretudo o tipo de responsabilidade, que possa ser transferido, e que caiba, a uma junta de freguesia. As transferências de verbas e competências para as juntas de freguesias não podem ser meramente casuísticas, transferindo aqui a responsabilidade da demolição e

reconstrução de uma ponte (ainda que de reduzidas dimensões), e não o fazendo em idênticas situações para outras juntas de freguesia. No entanto a verdade que as juntas de freguesia não detêm a vocação, a experiência ou mesmo os técnicos para poder levar a cabo esta responsabilidade, sendo que o Município possui, como é sabido, nos seus quadros, pessoal qualificado para poder levar a efeito a obra em causa, que, reforça-se, compete ao Município. Acresce a tudo isto que, tratando de uma obra da responsabilidade do Município a transição da verba destinada em protocolo para a freguesia de Barco, para utilização numa obra que é totalmente da responsabilidade do Município, implica para a junta de freguesia em causa que não possa destinar a verba para o fim inicialmente previsto (alargamento do cemitério), sendo utilizado para pagamento parcial duma cujo custeio integral competiria à Câmara Municipal. Atentos os motivos expostos, por estarmos de acordo com a reconstrução da ponte sobre o Rio Agrela (freguesia de Barco) mas por discordarmos da metodologia adotada, iremos abster-nos na votação do ponto 3". -----

**JUNTAS DE FREGUESIA – FREGUESIA DE FERMENTÕES - ALTERAÇÃO AO PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS** – Presente a seguinte proposta: "A Câmara Municipal de Guimarães, em sua reunião realizada em 7 de Abril de 2011, deliberou delegar na Junta de Freguesia de Fermentões a execução da obra de ampliação do Cemitério, assim como a transferência de uma verba no valor de €29.099,64 para custear a realização da obra. Em carta dirigida à Câmara, a Junta de Freguesia de Fermentões informa que não executou a totalidade da obra durante o ano de 2011, prevendo a sua conclusão no primeiro semestre de 2012. O valor da obra até agora executada eleva-se a €7.704,46, de acordo com auto de medição, elaborado



pelo Departamento de Obras Municipais em 3 de Outubro de 2011. Assim, submete-se à consideração do executivo camarário que a obra de ampliação do cemitério seja concluída durante o ano de 2012, bem como a aprovação da transição da verba remanescente de €21.395,18 (vinte e um mil trezentos e noventa e cinco euros e dezoito cêntimos), para o ano de 2012". **DELIBERADO APROVAR**

**POR UNANIMIDADE.** -----

**PROTOSCOLOS – PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE A IMPRENSA NACIONAL – CASA DA MOEDA, A FUNDAÇÃO CIDADE DE GUIMARÃES E O MUNICÍPIO DE GUIMARÃES -**

Presente, para ratificação, o Protocolo de Colaboração celebrado entre a Imprensa Nacional Casa da Moeda, a Fundação Cidade de Guimarães e o Município de Guimarães tendo por objeto estabelecer os termos da cooperação das partes na concretização dos projetos relacionados com a comemoração de Guimarães 2012 Capital Europeia da Cultura, que se anexa. O Protocolo de Colaboração dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO RATIFICAR POR**

**UNANIMIDADE.** -----

**PROTOSCOLOS – PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO COM O CENTRO DE FORMAÇÃO FRANCISCO DE HOLANDA –**

Presente a seguinte proposta: "O Centro de Formação Francisco de Holanda (CFFH) é um centro de formação de associação de escolas que congrega agrupamentos e escolas não agrupadas dos concelhos de Guimarães e de Fafe, vocacionado para a formação de pessoal docente e de pessoal não docente. Por força do Decreto-Lei n.º 144/2008, de 28 de Julho, e nos termos do contrato de execução n.º 204/2009 celebrado com o Ministério da Educação, foram transferidas para o Município de Guimarães diversas atribuições e competências em matéria de educação, designadamente quanto

ao pessoal não docente das escolas de ensino básico e pré-escolar e atividades de ensino curricular no 1.º ciclo do ensino básico. Com vista à cooperação mútua em ações formativas dirigidas ao pessoal docente e não docente em funções em ambas as instituições e estabelecimentos de ensino associados, bem como aos restantes trabalhadores do município, propõe-se a aprovação do protocolo de colaboração em anexo, ao abrigo do disposto no artigo 67.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada na Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro”. O Protocolo de Colaboração dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR**

**UNANIMIDADE.** -----

**PROTOSCOLOS – DELEGAÇÃO DE GUIMARÃES DA ORDEM DOS ADVOGADOS – GABINETE DE CONSULTA JURÍDICA DE GUIMARÃES** – Presente a seguinte proposta: “Em 10 de Janeiro de 1991 foi celebrado entre a Câmara Municipal de Guimarães e a

Delegação de Guimarães da Ordem de Advogados um protocolo para o funcionamento do Gabinete de Consulta Jurídica de Guimarães, homologado pela Portaria nº 1231-A/90 de 26 de Dezembro. A Delegação da Ordem de Advogados solicitou agora algumas alterações ao articulado do referido protocolo com o objectivo de flexibilizar as regras de funcionamento por forma a assegurar uma resposta mais eficaz e adequada do Gabinete às solicitações e exigências com que se tem deparado. Por outro lado, considerando o interesse público de que se reveste o seu funcionamento, solicitou que fosse previsto no mesmo protocolo a atribuição, a definir anualmente, de um subsídio. Considerando as razões expostas, proponho que seja aceite a proposta enviada pela Delegação da Ordem de Advogados (em anexo). Na sua concretização, proponho que seja atribuído, para o ano de 2012,



um subsídio no valor de €2.500,00, ao abrigo do referido protocolo após a sua aprovação”. A minuta do aditamento ao protocolo, bem como o protocolo celebrado em 10 de janeiro de 1991, dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

**PRESTAÇÃO/AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS – PEDIDO DE PARECER PRÉVIO - COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE PARA A EMPREITADA "CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DE RECONVERSÃO DA EB1 DO PINHEIRAL - CALDELAS, PARA CENTRO ESCOLAR”** – Presente a seguinte informação: “1.

Objeto: Contratação dos serviços de Coordenação de Segurança e Saúde para a empreitada referida em epígrafe, dando cumprimento ao artigo 17.º do Decreto-Lei 273/2003. 2.

Considerandos: A execução das tarefas associadas aos serviços que se pretende contratar requer conhecimentos, formação especializada e experiência em Sistemas de Gestão de Coordenação de Segurança e Saúde para a fase de obra e legislação correlacionada. Este serviço tinha já sido contratado à empresa Tabique – Engenharia, Lda. aquando do início da execução dos trabalhos referentes a esta empreitada. O contrato inicial veio a ser prorrogado devido ao facto de ter sido, igualmente, prorrogado o prazo para a execução da obra, sendo deliberadas em reuniões de Câmara datadas de 27/10/2011, para a obra, e 07/12/2011, para a prestação de serviços de Coordenação de Segurança e Saúde. Entretanto, a Câmara Municipal rescindiu o contrato de empreitada que mantinha com a adjudicatária da obra, a empresa Sociedade de Construções Guimar, S.A., o que implicou a abertura de novo procedimento concursal para a conclusão dos trabalhos. Significa isto que será necessário a contratação de novos serviços de Coordenação de

Segurança e Saúde para a nova empreitada, cuja adjudicação se prevê para breve. De acordo com informação do Departamento de Recursos Humanos, solicitada recentemente para a mesma empreitada (prorrogação de prazo), e de acordo com o despacho do Vereador dos Recursos Humanos, datado de 24/11/2011, não existe possibilidade de satisfazer a necessidade de pessoal para este efeito com recurso ao atual quadro de pessoal nem com recurso a recrutamento em tempo útil. Trata-se de realização de trabalho não subordinado, não sendo possível o recurso a qualquer modalidade de relação jurídica de emprego público. 3. Proposta: Submete-se à consideração superior que, ao abrigo do art.º 6.º, do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de Setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, a Câmara Municipal autorize a celebração de novo contrato de prestação de serviços de Coordenação de Segurança e Saúde para a empreitada referida em epígrafe, considerando os seguintes elementos: a) O objeto do contrato é a prestação de serviços de Coordenação de Segurança e Saúde para a conclusão dos trabalhos relativos à empreitada supracitada, cumprindo com as obrigações do Dono de Obra referidas no artigo 17.º do Decreto-Lei nº 273/2003. b) A despesa total, considerando o tempo estimado de duração da obra (4 meses) será de €2.195,44 acrescido de IVA à taxa legal em vigor. c) A despesa tem cabimento orçamental na rubrica 2.1.1.2.62 do PPI (Plano Plurianual de Investimentos) correspondente ao ano de 2012. d) O procedimento de formação do contrato será através de ajuste direto à empresa Tabique Engenharia, Lda. considerando as razões supra expostas, e ao abrigo da al. a) do n.º1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos. e) Mais se informa que não existe relação ou participação entre a contraparte e ex-colaboradores do órgão ou serviço, bem



como do respetivo cônjuge, algum parente ou afim em linha reta ou até ao 2º grau da linha colateral, ou de qualquer pessoa com quem viva em economia comum. f) Finalmente, informa-se que foi aplicada a redução remuneratória prevista no art.º 19º da Lei nº 55-A/2010, de 31 de Dezembro, considerando que o valor mensal da prestação de serviços no anterior contrato era de €579,00 e que o valor relativo aos 4 meses desta prorrogação seria de €2.316,00". **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. ----**

**PATRIMÓNIO - CENTRO ESCOLAR DE MOREIRA DE CÓNEGOS - AQUISIÇÃO DE TERRENO** – Presente a seguinte proposta: "A Câmara Municipal de Guimarães aprovou o projeto de construção do denominado Centro Escolar de Moreira de Cónegos, tendo-se procedido posteriormente à identificação dos proprietários das parcelas de terreno necessárias à execução da obra, bem como à ulterior avaliação das parcelas de terreno, por um perito da lista oficial. Tendo já sido adquiridas duas parcelas de terreno para aquela finalidade, resta apenas a aquisição da parcela "C", com a área de 1.940 m², sita no Lugar de Campelo, freguesia de Moreira de Cónegos, propriedade de Emília Celeste Pinto da Costa. Na sequência do relatório elaborado por perito da lista oficial, informou-se o representante de Emília Costa que o Município se disponibilizaria a pagar o valor de €33.096,40, pela parcela de terreno pretendida. Em resposta, o representante da proprietária veio informar que não aceitava a proposta camarária, contrapondo o valor de €87.300,00. Após reanálise solicitada ao perito da lista oficial, este considerou o valor peticionado manifestamente desajustado, tendo a autarquia notificado a referida proprietária, nos termos do art.º 11º do Código das Expropriações, quanto à nova proposta pelo valor de €42.563,60, face à reapreciação efetuada pelo perito. Ainda assim, a

proprietária não concordando com aquele valor, apresentou nova contraproposta no valor de €50.000,00. Face a este novo valor, o perito argumenta que, atendendo aos potenciais custos que uma expropriação litigiosa poderia atingir, aquele valor seria passível de aceitação. A parcela de terreno com a área de 1.940 m<sup>2</sup>, situada no Lugar de Campelo, freguesia de Moreira de Cónegos, encontra-se descrita na competente Conservatória do Registo Predial de Guimarães sob o nº. 25/Moreira de Cónegos e inscrita na respetiva matriz rústica sob o artigo 394º. Assim, caso o Município de Guimarães pretenda adquirir a identificada parcela de terreno, deve ser submetida à Câmara Municipal, nos termos dos artigos 11º e 34º do Código das Expropriações, a aquisição da indicada parcela de terreno a Emília Celeste Pinto da Costa, pelo valor de €50.000,00 (cinquenta mil euros), para permitir a instalação do Centro Escolar de Moreira de Cónegos”.

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**PATRIMÓNIO - CEDÊNCIA EM REGIME DE COMODATO DO EDIFÍCIO ESCOLAR DE IGREJA, FREGUESIA DE PONTE, À JUNTA DE FREGUESIA DE PONTE** –

Presente a seguinte informação da Divisão de Património Municipal: “A Junta de Freguesia de Ponte vem solicitar a cedência do edifício escolar de Igreja, entretanto desativado, com vista à instalação da sua sede no período de execução de obras de requalificação da atual sede em virtude de aquele espaço se encontrar desadequado e não dispor de condições necessárias ao bom atendimento ao público. Paralelamente, pretende a Junta de Freguesia, em parceria com as Instituições de Solidariedade Social locais, implementar no espaço da antiga EB1 valências de cariz social de apoio aos habitantes daquela zona. De acordo com informação prestada pelos Serviços da Educação, tendo aquela escola sido encerrada no ano letivo



transato e, considerando a possibilidade de atribuir novas utilizações aos edifícios escolares devolutos, a cedência do identificado prédio à Freguesia significará uma melhoria da sua prestação de serviço público e social à população que serve, pelo que se conclui que não há qualquer inconveniência quanto à utilização do imóvel para os fins pretendidos pela Junta de Freguesia. Deste modo, em caso de concordância superior, deverá ser celebrado um contrato de comodato, com vista a satisfazer as necessidades da Junta de Freguesia de Ponte e demais residentes, tendo aquela Junta pronunciado favoravelmente quanto ao teor da minuta. Assim, ao abrigo da alínea b), do nº 6 do artigo 64º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002 de 11 de janeiro, deverá ser submetida a deliberação de Câmara a cedência, à Freguesia de Ponte, do antigo edifício escolar Igreja, da aludida freguesia de Ponte, descrito na 1ª Conservatória do Registo Predial de Guimarães sob o nº541/201189 e inscrito na respetiva matriz predial urbana sob o artigo1692, mediante a celebração de um contrato de comodato, conforme minuta que se anexa, onde ficarão a constar os direitos e obrigações de ambas as partes". A minuta do contrato de comodato dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Abstiveram-se os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira e André Coelho Lima que apresentaram a seguinte **declaração de voto**: "Os vereadores do PSD não apenas concordam com a cedência do edifício da antiga Escola EB1 de Igreja, da freguesia de Ponte, à respetiva Junta de Freguesia, como consideram que a mesma deveria ter lugar não a título meramente provisório, mas a título definitivo, pelas razões que em baixo melhor se explicam. Desde a desativação do edifício escolar da antiga EB1 de Igreja

que o PSD vem defendendo que seja atribuída uma utilização àquele espaço, utilização essa que o deveria ser em benefício da comunidade, em prol das coletividades locais, aproveitando o espaço existente para sedear associações e grupos formais ou informais que se constituam com atividades em prol da comunidade. Do mesmo modo, o espaço em causa poderia – e deveria – funcionar como sede da Junta de Freguesia de Ponte. Desde logo e em primeira instância, porque a atual sede de junta não tem as condições mínimas para albergar a Junta de Freguesia. O edifício é de muito difícil acesso a cidadãos deficientes motores (mesmo a secretaria que fica no R/C), designadamente o espaço onde têm lugar sessões públicas e as assembleias de freguesia, e apresenta ainda reduzidas condições de dignidade nos sanitários. Em segundo lugar porque o edifício da antiga EB1, possuindo espaço em demasia apenas para albergar a Junta de Freguesia, aí a poderia sedear por forma a que esta entidade pública pudesse precisamente promover e coordenar a atribuição dos restantes espaços a coletividades locais, transformando-se o espaço da antiga escola, o antigo centro educativo, num espaço cívico por excelência, com serviços públicos (sede da Junta de Freguesia) e coletividades locais da mais variada natureza. Em face do que se expõe e atentos os respetivos motivos, consideramos: 1. Que o espaço da atual sede da Junta de Freguesia, ainda que requalificado, não possui as condições desejáveis, sobretudo se comparado com o edifício da antiga EB1 da Igreja, para sedear a Junta de Freguesia de Ponte, pelo que, se deveria abdicar da intenção de a fazer regressar a esse local; 2. Que a racionalidade que se exige nos gastos de dinheiro público impõe que não se despenda avultadas quantias de dinheiro para reabilitar como junta de freguesia um espaço e edifício sem as condições mínimas



adequadas, sobretudo sabendo-se que o espaço que se pretende atribuir provisoriamente como sede da Junta de Freguesia (antiga Escola EB1 de Igreja), tem condições mais adequadas, e sobretudo, carece de muito menos investimento para ser adaptado para essa finalidade; 3. Que a futura e eventual instalação de valências de cariz social no edifício da antiga EB1 de Igreja implicam, essas sim, obras de grande vulto e dispêndios consideráveis para adaptação de um edifício que não está minimamente preparado, nem vocacionado, para essa função; 4. Que a racionalidade que se exige nos gastos de dinheiro público impõe que não se despenda avultadas quantias de dinheiro para converter em lar de idosos ou valência social análoga um espaço que não tem essa vocação; Do aqui se trata é de cometer dois erros: por um lado, gastar dinheiro para fazer regressar a Junta de Freguesia a um espaço que não possui as condições adequadas, e por outro, gastar dinheiro para albergar um eventual lar de idosos num espaço (antiga EB1) que, para converter e adequar à referida função, implicaria uma gigantesca intervenção. Seria por isso muito razoável, o que defendemos: a) Sedear definitivamente a Junta de Freguesia no antigo edifício escolar da EB1 de Igreja, com reduzidas obras de adaptação e reduzido dispêndio de dinheiro, assegurando-se a disponibilização de um edifício mais preparado para a função e permitindo-se albergar outras coletividades locais; b) Abdicar da intenção de construção de um lar de idosos no edifício da antiga Escola EB1, por desadequação do espaço à função e por vir a ser necessário um dispêndio considerável de verbas para proceder à referida adaptação. No entanto, o ponto que nos é dado apreciar é um contrato de comodato para cedência do edifício da antiga EB1 de Igreja, à Junta de Freguesia de Ponto, com o que concordamos. Sendo que

discordamos de tudo o que está subjacente a esta transferência temporária, relativamente a intervenções futuras: regresso da Junta à atual sede e criação de um lar de idosos no edifício escolar. Por essa razão, como se tratam de intervenções futuras, e como tal ainda eventuais, e como concordamos com a transferência (apesar de temporária) da sede da Junta de Freguesia de Ponte para o edifício da antiga Escola EB1 de Igreja, os vereadores do PSD **abstêm-se** neste ponto”. -----

**PATRIMÓNIO – CONTRATO DE COMODATO - DINAMIZAÇÃO DO MERCADO MUNICIPAL** – Presente a seguinte informação da

Divisão de Património Municipal: “Decorrente da necessidade de dinamizar o primeiro piso do Mercado Municipal que se encontra parcialmente desocupado, e após diversas reuniões promovidas pelo Sr. Vereador do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente, desta autarquia, verificou-se a possibilidade daquele espaço ser ocupado pela Fundação Cidade de Guimarães – FCG, com o intuito de instalar no imóvel a área CIDADE, que permitirá criar um espaço de exposições e de trabalho contínuo com vista à criação de um mercado criativo e dinâmico. Deste modo, em caso de concordância superior, poderá ser celebrado um contrato de comodato com a Fundação Cidade de Guimarães para utilização, a título gratuito, das lojas n.ºs 13 a 31, bem como das instalações sanitárias, sitas no primeiro piso do edifício do Mercado Municipal, propriedade municipal, localizado na Rua do Mercado Municipal, da freguesia de Creixomil. O contrato deverá ter a duração até 31 de Dezembro de 2012, podendo ser renovável por períodos de um ano, caso não seja denunciado por nenhuma das entidades. Assim, em caso de concordância superior, deverá ser submetida a deliberação camarária, ao abrigo da alínea b), do nº 4 do art. 64º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela



Lei nº 5-A/2002 de 11 de Janeiro, a cedência dos espaços acima identificados, à Fundação Cidade de Guimarães, mediante a celebração de um contrato de comodato, conforme minuta que se anexa, onde ficarão a constar os direitos e obrigações de ambas as partes". A minuta do contrato de comodato dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas.

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**RECURSOS HUMANOS – ORGANIZAÇÃO DE DOIS SEMINÁRIOS, EM PARCERIA, NA ÁREA DA CONSTRUÇÃO SUSTENTÁVEL E DA REABILITAÇÃO** – Presente a seguinte

proposta. "O Portal da Construção Sustentável solicitou ao Município de Guimarães apoio na organização, em parceria, de duas ações de formação avançada destinadas ao público em geral, mas particularmente procuradas pelos profissionais da área e por recém-licenciados em Arquitetura, abordando as áreas da construção sustentável e da reabilitação de edifícios. De acordo com o proposto, será da responsabilidade do Portal da Construção Sustentável a organização do evento ao nível da contratação dos oradores, divulgação e elaboração de material publicitário, responsabilizando-se o Município pela disponibilização do espaço e apoio logístico diverso. Os seminários terão a seguinte calendarização: - "As escalas da sustentabilidade na Arquitetura – do território aos materiais", a realizar em 16 de Março de 2012; "Reabilitação de Edifícios Low Cost", a realizar em 13 de Julho de 2012. Considerando o interesse de que se revestem as temáticas a abordar para o Município de Guimarães e para os seus técnicos, bem como a necessidade de proceder, quanto antes, aos procedimentos necessários à organização dos eventos, foi necessário tomar de imediato decisão relativamente à autorização da parceria, conforme meu despacho de 7 de Março último,

proferido ao abrigo do n.º 3 do artigo 68.º da Lei n.º 169/99. Nestes termos, proponho que seja autorizada pela Câmara Municipal a organização dos seminários referidos, em parceria com o Portal da Construção Sustentável, ratificando, assim, ao abrigo do disposto no mencionado artigo 68.º, n.º 3, o meu despacho de 7 de Março último”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**ENTIDADES PARTICIPADAS – COOPERATIVA TURIPENHA - ÓRGÃOS SOCIAIS** – Presente a seguinte proposta: “Na Assembleia Geral da Cooperativa “Turipenha”, a realizar no corrente mês de Março, serão eleitos os seus órgãos sociais para o mandato 2012/2014. Cabe à Câmara Municipal de Guimarães a indicação dos seus representantes que irão exercer as funções de Presidente, Vice-Presidente e Tesoureiro da Direção. Nesta conformidade, proponho: 1 – Que, nos termos do nº 1 do art.º 90º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a designação dos elementos constantes do ponto 2 da presente proposta seja votada no seu conjunto; 2 – Que sejam designados: 2.1 – Miguel Pires de Almeida Frazão, Diretor do Departamento dos Serviços Urbanos e Ambiente da Câmara Municipal de Guimarães, como Presidente da Direção; 2.2 – Domingos José Ferreira Nobre, Diretor de Departamento de Juventude, Educação e Cultura da Câmara Municipal de Guimarães, como Vice-Presidente da Direção; 2.3 – Miguel Ribeiro de Sousa, Técnico Oficial de Contas e Adjunto de Vereador, como Tesoureiro”. Mais foi proposto designar pra Para a **Assembleia-Geral**, o Presidente da Câmara Municipal de Guimarães, António Magalhães. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE o ponto 1. DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA o ponto 2**, com seis votos a favor e quatro em branco.



**ENTIDADES PARTICIPADAS - CASFIG – COORDENAÇÃO DE ÂMBITO SOCIAL E FINANCEIRO DAS HABITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE GUIMARÃES – RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2011** - Presente, para aprovação, o Relatório de Gestão e Contas do Exercício de 2011 da CASFIG, EEM, aprovado em reunião do Conselho de Administração em sua reunião ordinária de 29 de fevereiro de 2012. O Relatório de Gestão e Contas do Exercício de 2011 dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**ENTIDADES PARTICIPADAS - ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DO VALE DO AVE – TRANSFERÊNCIA DE VERBAS – AUDITORIAS ENERGÉTICAS** – Presente a seguinte proposta:

“Em 21 de Abril de 2008, a Associação de Municípios do Vale do Ave apresentou uma proposta para realização de auditorias energéticas e ambientais a edifícios municipais, no âmbito das atribuições cometidas à AEAVE – Agência de Energia e Ambiente do Vale do Ave. A AEAVE foi criada por iniciativa da AMAVE, com o objetivo de contribuir para eficiência energética, para a utilização racional de energia e para a utilização dos recursos energéticos endógenos, renováveis e não poluentes, contribuindo desta forma para um desenvolvimento sustentável, propondo soluções com menor impacte ambiental e conceitos de eficiência energética e ambientais nos processos de planeamento e ordenamento do território. Na sequência daquela proposta, o Departamento de Obras Municipais manifestou interesse e necessidade de realização de auditoria energética a três edifícios municipais, nomeadamente aos edifícios da E.B.1 de Santa Luzia (Azurém) e E.B.1 da Ribeira (Brito), assim como no Pavilhão Multiusos (Creixomil), tendo em conta as linhas de orientação e objetivos do Departamento, e ainda

as competências técnicas e científicas da AEAVE para a realização destes serviços. Estando agora o processo em condições de ser concluído, é necessário que a Câmara Municipal aprove a transferência, para a AMAVE, da verba de €26.400,00 (vinte e seis mil e quatrocentos euros), valor correspondente à parte que diz respeito ao Município de Guimarães, para que esta proceda ao pagamento, à AEAVE – Agência de Energia e Ambiente do Vale do Ave, das auditorias energéticas realizadas naqueles três edifícios municipais”. **DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Votou contra o Vereador José Manuel Torcato Ribeiro. Abstiveram-se os Vereadores José Manuel Antunes, Luísa Oliveira e André Coelho Lima. -----

**ENTIDADES PARTICIPADAS - COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO AVE - TRANSFERÊNCIA DE VERBAS PARA OS ANOS DE 2011 E 2012** – Presente a seguinte proposta: “Na sequência de ofícios da Comunidade Intermunicipal do Ave, datados de 31 de Janeiro e 8 de Março de 2012, remetendo o mapa com os valores correspondentes aos Municípios para os anos de 2011 e 2012, respetivamente, referentes à comparticipação dos vários Municípios que integram a CIM do AVE, no âmbito da candidatura para a “Promoção e desenvolvimento da rede territorial de agências de energia” do programa ON.2-O NOVO NORTE. Esta candidatura teve como objetivo principal a constituição na NUTS III Ave de um centro de recursos partilhados de natureza intermunicipal em matéria de promoção, acompanhamento e monitorização da utilização racional e eficiente da energia, tendo sido criada a AEdoAVE - Agência de Energia do Ave, Cooperativa de Prestação de Serviços de Interesse Público de Responsabilidade Limitada, cujo objeto social consiste em contribuir para a eficiência energética, para a utilização racional de



energia e a utilização de recursos energéticos endógenos, renováveis e não poluentes. A AEdoAVE tem a sua origem na dinâmica inicialmente corporizada na AEAVE-Agência de Energia e Ambiente do Vale do Ave, e procura ajustar a sua configuração geográfica ao âmbito da composição da NUTS III AVE, assumindo-se como uma entidade de direito privado com participação maioritariamente pública. Assim, submete-se à aprovação do executivo camarário a transferência, por parte da Câmara Municipal de Guimarães, da verba de €13.413,80 (treze mil quatrocentos e treze euros e oitenta cêntimos) correspondente ao ano de 2011, assim como da verba de €7.845,11 (sete mil e oitocentos e quarenta e cinco euros e onze cêntimos), correspondente ao ano de 2012. Junto se anexa os quadros das comparticipações imputadas". Os referidos quadros dão-se aqui por reproduzidos e ficam arquivados em pasta anexa ao livro de atas.

**DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA.** Absteve-se o Vereador José Manuel Torcato Ribeiro. -----

**TRÂNSITO - ALARGAMENTO DO PERÍODO DO HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DA ZONA DE ESTACIONAMENTO DE DURAÇÃO LIMITADA DA RUA GIL VICENTE** –

Presente a seguinte informação da Divisão de Trânsito, Espaço Público e Viaturas: "Em Dezembro de 2000 foram aprovadas alterações à postura de trânsito da Rua Gil Vicente, visando designadamente o condicionamento do trânsito de pesados entre as 11h00 e as 20h00, exceto Transportes Urbanos de Guimarães, e a criação de zona de estacionamento de duração limitada no período das 11.00 às 19.30h nos dias úteis e das 11.00 às 12.30h ao sábado. Contudo, verifica-se, atualmente que, decorrente da alteração da tipologia de alguns estabelecimentos comerciais, a postura preconizada se encontra desenquadrada da realidade,

nomeadamente pela prática de estacionamento continuado, em prejuízo da necessária rotatividade numa zona de índole comercial do centro da Cidade. Face ao exposto, submetemos à consideração superior a adoção dos limites gerais previstos no nº 1 do artigo 5.º - Duração do Estacionamento, do Regulamento das Zonas de Estacionamento de Duração Limitada, 08h30 às 19h30 nos dias úteis e 08h30 às 12h30 aos sábados". **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**AMBIENTE – ALTERAÇÃO DO TARIFÁRIO DE RESÍDUOS AOS UTILIZADORES NÃO DOMÉSTICOS – CONDOMÍNIOS –**

Presente a seguinte informação da Divisão de Serviços Urbanos: "Considerando que: as tarifas de resíduos para 2012 foram calculadas de acordo com as recomendações da Entidade Reguladora de Serviço de Águas e Resíduos (ERSAR) e conforme o estipulado no Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de Agosto; a ERSAR refere que estão sujeitos à tarifa fixa e à tarifa variável do serviço de gestão de resíduos todos os utilizadores relativamente aos quais estes serviços se encontrem disponíveis nos termos dos números 4 e 5 do artigo 59.º do referido decreto-lei; a ERSAR criou na sua recomendação n.º 1/2009 os critérios de diferenciação relativa ao tipo de utilizadores finais sejam do tipo doméstico ou não doméstico, onde são considerados do primeiro tipo aqueles que usem os prédios urbanos para fins habitacionais, com exceção das utilizações para as partes comuns, nomeadamente as dos condomínios, que deverão ser do tipo não doméstico; nos termos do n.º 8 do artigo 11.º Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de Agosto, as entidades titulares dos sistemas devem fazer constar da deliberação que aprova os tarifários dos serviços resíduos a fundamentação das opções desconformes com os princípios e as orientações constantes das recomendações da ERSAR sobre esta



matéria; até 2012 os condomínios estavam isentos do pagamento da tarifa de resíduos, situação que foi alterada em 2012 devido às recomendações da ERSAR e do estipulado nos números 4 e 5 do artigo 59.º do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de Agosto; que, segundo as recomendações da ERSAR, a tarifa dos utilizadores não domésticos, como os condomínios, tem que ter um valor superior aos dos utilizadores domésticos; se tem verificado um elevado número de reclamações, por parte dos representantes dos condomínios, recebidas nesta Câmara Municipal desde a implementação do tarifário; se realizaram diversas visitas técnicas aos locais das reclamações para averiguar a produção efetiva dos resíduos; foram solicitados esclarecimentos à ERSAR em 23 de fevereiro relativamente a este tipo de tarifa; a ERSAR prevê, ainda, no tocante aos utilizadores não domésticos, que sejam verificados caso a caso, no sentido de mitigar situações de iniquidade quando os consumos atingem valores mais elevados – reduzindo-se o seu grau de correlação com a efetiva utilização do serviço de resíduos que se pretende estimar, podendo empregar-se outros parâmetros de medição associados ao tipo de atividade. Neste contexto e atendendo a que os condomínios, normalmente, utilizam o sistema de gestão de resíduos apenas para a limpeza das partes comuns dos edifícios, não se verificando a produção de uma quantidade de resíduos equiparados a outros utilizadores não-domésticos, submete-se à consideração superior a aprovação da alteração da estrutura tarifária, aprovada em Reunião de Câmara de 24 de Novembro de 2011, na parte que respeita aos utilizadores não domésticos, criando-se uma tarifa fixa específica para os condomínios, no valor de 2,2500€/mês (dois euros e vinte cinco cêntimos)”. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** ----

**ATIVIDADES ECONÓMICAS – HASTA PÚBLICA PARA A ADJUDICAÇÃO DO DIREITO DE USO PRIVATIVO DE TRÊS QUIOSQUES** - Presente a seguinte informação da Divisão de Trânsito, Espaço Público e Viaturas: “Considerando a existência de quiosques que se encontram disponíveis nas seguintes freguesias do concelho: Equipamento de mobiliário urbano localizado na Rua Almirante Sousa Ventura, Freguesia de Guimarães (Oliveira do Castelo), com a área de 10m<sup>2</sup>; Equipamento de mobiliário urbano localizado na Rua João Paulo II, da Freguesia de Fermentões, com a área de 10m<sup>2</sup>; Construção localizada no Largo do Calvário, freguesia de Serzedelo, com a área de 10m<sup>2</sup>. Considerando o interesse manifestado por alguns munícipes junto dos serviços na sua exploração; Considerando, ainda, a criação de alguns postos de trabalho decorrentes da entrada em funcionamento dos referidos quiosques; Propõe-se a realização de uma hasta pública para a adjudicação do direito de uso privativo de três quiosques, no próximo dia 3 de abril, pelas 10h00, no Salão Nobre da Câmara Municipal, submetendo-se à aprovação do Executivo Camarário o respectivo Regulamento, anexo à presente proposta. Propõe-se, ainda, para constituição da Comissão que irá acompanhar a realização deste ato os seguintes elementos: Presidente da Comissão: Miguel Sousa Pires Almeida Frazão – Diretor do Departamento de Serviços Urbanos e Ambiente; 1.º Vogal: Rui Miguel Lino Castro – Chefe da Divisão de Trânsito, Espaço Público e Viaturas; 2.º Vogal: Elsa Maria Ferreira Cordeiro de Almeida – Chefe da Divisão Administrativa”. O programa da hasta pública dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**EDUCAÇÃO – VENERÁVEL ORDEM TERCEIRA DE S. FRANCISCO - CEDÊNCIA DE AUTOCARRO** - Presente a seguinte



proposta: "A Venerável Ordem Terceira de S. Francisco solicitou a colaboração do município através da cedência de um autocarro para efetuar o transporte das crianças do jardim de Infância, no dia 27 de Junho, ao Auditório da Universidade do Minho. Assim, considerando que se trata da realização de uma atividade de relevante interesse e não haver inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, por meu despacho de 28 de fevereiro de 2012, proponho o deferimento do pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal a atribuição deste tipo de apoios, remete-se para aprovação do executivo camarário o apoio solicitado". **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**AÇÃO SOCIAL – CASFIG, EEM – PROPOSTA DE REALOJAMENTO DE SETE AGREGADOS FAMILIARES EM HABITAÇÕES UNIFAMILIARES E QUATRO AGREGADOS FAMILIARES UNITÁRIOS FEMININOS EM RESIDÊNCIA PARTILHADA POR MOTIVO DE RESCISÃO DO CONTRATO DE ARRENDAMENTO E TRANSFERÊNCIA DOS ANTERIORES ARRENDATÁRIOS** - Presente, para aprovação, uma proposta da

CASFIG, EEM para realojamento de sete agregados familiares em habitações unifamiliares e quatro agregados familiares unitários femininos em residência partilhada por motivo de rescisão do contrato de arrendamento e transferência dos anteriores arrendatários, aprovada pelo Conselho de Administração em sua reunião ordinária de 29 de fevereiro de 2012. A referida proposta dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas. **DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** ---

**AÇÃO SOCIAL – CASFIG, EEM - CEDÊNCIA DE AUTOCARRO** – Presente a seguinte proposta: "A CASFIG - Entidade Empresarial Municipal, solicitou a colaboração do Município através da cedência de um autocarro para efetuar o transporte dos moradores

residentes nos empreendimentos de habitação social pertencentes ao município de Guimarães que participarão no Dia Internacional da Boa Vizinhança, na Penha, no próximo dia 20 de Março. Assim, considerando os objectivos prosseguidos pela empresa municipal e os apoios concedidos em várias atividades, e não haver inconveniente para os serviços a disponibilização da viatura em causa, por meu despacho de 27 de fevereiro de 2012, proponho o deferimento do pedido. Sendo uma competência da Câmara Municipal a atribuição deste tipo de apoios, remete-se para aprovação do executivo camarário o apoio solicitado”.

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

**AÇÃO SOCIAL – ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS – RATIFICAÇÃO DOS APOIOS CONCEDIDOS POR CONTA DO FUNDO DE MANEIO –** Presente

a seguinte informação da Divisão de Ação Social: “Por deliberação de 22 de dezembro de 2011 a Câmara Municipal aprovou a constituição de um Fundo de Maneio destinado a acorrer, com oportunidade, ao pagamento, com carácter de urgência, dos apoios a conceder no âmbito da alínea a) do artigo 2º do Regulamento Municipal nº 8/2009 de 8 de Janeiro para Atribuição de Apoios a Estratos Sociais Desfavorecidos, alterado e ratificado em 25 de Setembro de 2009. Importa, assim, submeter a ratificação, os apoios entretanto concedidos por conta deste Fundo de Maneio, conforme constam do mapa em anexo”. O referido mapa dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas.

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

**AÇÃO SOCIAL – ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS –** Presente uma informação da

Divisão de Ação Social propondo a atribuição de um subsídio a um agregado familiar necessitado, nos termos da alínea c) do artigo



2.º – Capítulo I, do Regulamento Municipal de Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos, de acordo com informação que se anexa. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 13 e na unidade económica 04.08.02. A referida informação dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas.

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**AÇÃO SOCIAL – ATRIBUIÇÃO DE APOIOS A ESTRATOS SOCIAIS DESFAVORECIDOS**

– Presente uma informação da Divisão de Ação Social propondo a atribuição de um subsídio a um agregado familiar necessitado, nos termos da alínea c) do artigo 2.º – Capítulo I, do Regulamento Municipal de Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos, de acordo com informação que se anexa. Esta despesa está cabimentada na unidade orgânica 13 e na unidade económica 04.08.02. A referida informação dá-se aqui por reproduzido e fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas.

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE.** -----

**DESPORTO – GRUPO DESPORTIVO E RECREATIVO OS AMIGOS DE URGESES - SUBSÍDIO – PAVIMENTAÇÃO DOS ACESSOS AO CAMPO DE FUTEBOL DE URGEZES**

– Presente a seguinte proposta: “Na sequência do pedido de apoio apresentado pelo Grupo Desportivo e Recreativo “OS AMIGOS DE URGESES” para a requalificação da área envolvente do seu campo de jogos, na freguesia de Urgezes, o Departamento de Obras Municipais efetuou o levantamento dos trabalhos a executar no local em causa, verificando a necessidade de realização da drenagem das águas pluviais, assim como a pavimentação dos arruamentos de acesso ao campo, e construção dos muros de vedação, estimando-se um investimento de €38.801,70, de acordo com a quantificação em anexo, manifestando disponibilidade dos seus serviços para a execução da obra, nomeadamente no que diz respeito quer à

aquisição do material, quer à disponibilização do equipamento e mão-de-obra da Divisão de Administração Direta, necessários para o efeito. Assim, tendo em conta a natureza dos trabalhos em causa e o interesse público inerente, submete-se à ratificação do executivo camarário o apoio daquela obra, assumindo a realização da mesma pela Divisão de Administração Direta, cujo montante total importa em €38.801,70 (trinta e oito mil e oitocentos e um euros e setenta cêntimos). O presente apoio é proposto ao abrigo do disposto no n.º 3 do art.º 7.º do Regulamento de Atribuição de Apoios às Associações Desportivas de Guimarães”. A informação dos serviços do Departamento de Obras Municipais dá-se aqui por reproduzida e fica arquivada em pasta anexa ao livro de atas.

**DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----**

**A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE APROVAR A ATA EM MINUTA. -----**

**PELAS ONZE HORAS E QUINZE MINUTOS O PRESIDENTE DA CÂMARA DEU POR ENCERRADA A REUNIÃO, DE QUE, PARA CONSTAR, SE LAVROU A PRESENTE ATA. -----**